



1  
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**  
3 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 07.11.2014**

4 Ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às 10h, no auditório da  
5 instituição, localizado no pavimento térreo do prédio situado à rua Angélica, número 100, Jardim  
6 das Flores, município de Osasco, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN,  
7 *campus* Osasco da UNIFESP, estando presentes: o Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Murilo Leal  
8 Pereira Neto, que presidiu a sessão; a Vice-Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Claudia Alessandra  
9 Tessari; o Diretor Administrativo, Sr. Tarcísio Martins Mendonça; os coordenadores de curso de  
10 graduação: a Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo, de Relações Internacionais; o Prof. Dr.  
11 Eduardo Luiz Machado, de Ciências Econômicas; o Prof. Dr. Marcello Simão Branco, do Eixo  
12 Comum; a Profa. Dra. Márcia de Carvalho Azevedo, de Administração; Profa. Dra. Nena Geruza  
13 Cei, de Ciências Contábeis; Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda, de Ciências Atuariais; o coordenador do  
14 Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas, Prof. Dr. Ricardo Luiz  
15 Pereira Bueno; os representantes docentes: Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, Prof. Dr. Júlio  
16 Cesar Zorzenon Costa e o Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet e o Prof. Dr. Mauri Aparecido  
17 de Oliveira.; a Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan, representante do NAE, bem como os  
18 representantes dos técnicos-administrativos, o Sr. Andreas Leber, a Sra. Crysthian Grayce Raviani e  
19 a Sra. Emília Tiemi Shinkawa; e o representante discente Vinícius dos Santos Pereira Reis.  
20 Compareceram, também, o Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveria, para substituir a coordenadora  
21 quando esta tivesse de deixar a reunião para atender a outro compromisso em horário concomitante  
22 e a Profa. Dra. Heloísa Candia Hollnagel, que assistia a reunião. E, como convidados,  
23 compareceram a Profa. Dra. Edilene Santana Santos, para breve exposição da CPPD e os membros  
24 da Comissão Eleitoral, Profa. Dra. Isabel Cristina Olm Kowal Cunha e o discente Fabrício Rocha  
25 da Silva. O Prof. Salvador Andres Schalvezon justificou ausência. O Prof. Murilo inaugurou a  
26 sessão às 10h25min esclarecendo que já havia quórum suficiente e, dando início ao **EXPEDIENTE**  
27 consultou os membros sobre a aprovação das atas que eram simultaneamente projetadas e, dessa  
28 forma, as atas das reuniões datadas de • **16/agosto/2013** e de • **17/outubro/2014 foram**  
29 **aprovadas**. Iniciando os **INFORMES DA DIRETORIA ACADÊMICA**, ele passou a palavra ao  
30 delegado do • **Congresso UNIFESP**, Prof. Luis Hernan, que explicou não ter preparado nenhum  
31 documento detalhado, mas gostaria de compartilhar a sua percepção com os colegas. Assinalou que  
32 o Congresso tinha sido um momento muito importante para a instituição, quando fora possível  
33 sentir o que é a universidade como um todo. Reportou que os diferentes *campi* se juntaram para  
34 discutir temas importantes, por vezes polêmicos, durante um período que se mostrou insuficiente.  
35 Exaltou a relevância e complexidade das teses que mereciam maior espaço para debate. Comentou  
36 que ocorreram manifestações, levantes e a expressão de diferentes opiniões, culturas, percepções  
37 distintas, em sua opinião, todas legítimas em um ambiente universitário público. Mencionou alguns  
38 tópicos discutidos naqueles dias, que trataram da estrutura da instituição, da abertura internacional,  
39 da expansão, das possibilidades de mercado e até da extinção do cargo de reitor. Por fim, ressaltou o  
40 bom trabalho da organização do evento, porém diagnosticou que a falta de conhecimento por parte  
41 da comunidade gerou muita abstenção e reforçou a necessidade de continuidade das discussões, que  
42 não se esgotaram com o calendário. Respondendo à Profa. Heloísa, confirmou que o plenário fora  
43 transmitido ao vivo pela intranet, porém, a discussão dos grupos não era gravada. Lamentou que a



44 organização não estivesse à frente do evento o tempo todo e que o grupo que substituiu a comissão  
45 organizadora tinha, de certa forma, assumido o poder. O Prof. Murilo, que fizera parte da comissão  
46 organizadora do Congresso, explicou que a comissão não poderia fazer parte da mesa diretora e que  
47 os procedimentos tinham sido estabelecidos de acordo com o regimento do Congresso. Esclareceu  
48 que a proposta vencedora indicava a composição da mesa com delegados eleitos. O presidente  
49 confirmou que, para alguns, de fato, essa situação tinha sido percebida como desautorização.  
50 Ponderou que, apesar de conflituoso, esse momento fora superado. O Prof. Hernan completou que a  
51 votação sobre a composição da mesa diretora do Congresso tinha tomado muito tempo e gerado  
52 desgaste, por isso defendia que a votação devesse ter acontecido antes. Findo o informe foi, então, a  
53 vez da vice-diretora que tratou do • **PDI**. Ela comunicou que naquela semana as comissões dos  
54 cursos entregaram seus planejamentos, que já estavam disponíveis no *site* para o conhecimento de  
55 todos. Explicou que a fase seguinte seria o agendamento de uma reunião para discussão de todos os  
56 documentos e a elaboração de uma versão final única. Lembrou que o prazo para envio daqueles  
57 documentos era inicialmente o dia 05/novembro, mas, destacou que, para aqueles que não o haviam  
58 feito, ainda era possível enviar. Novamente com a palavra, o Prof. Murilo tratou do último informe  
59 • **Mensagem Anônima** enviada por *e-mail* à comunidade EPPEN. Ele informou que a Diretoria  
60 Acadêmica tinha verificado junto ao Departamento de Tecnologia da Informação a possibilidade de  
61 identificação da origem da mensagem e mediante a informação negativa do Sr. Marcello di Pietro,  
62 chefe do departamento, que explicou a falta de capacidade de rastreamento, o passo seguinte seria  
63 consultar a Procuradoria Federal sobre os procedimentos para acionamento de autoridades  
64 competentes na apuração de denúncias anônimas. O professor explicou que pessoas procuravam o  
65 Ministério Público para apresentarem denúncias que poderiam ser arquivadas ou gerarem processos  
66 administrativos. Esclareceu que havia 3 casos em andamento que envolviam o *campus* Osasco,  
67 todos em fase preparatória: um tratava de um concurso para docente, outro sobre o processo seletivo  
68 do mestrado profissional e, ainda, um terceiro sobre a comercialização de produtos por servidores  
69 do *campus*. O presidente encerrou explicando que, ao ser recebida a denúncia, era apresentada a  
70 resposta e as providências que estavam sendo tomadas para elucidação da questão, como a  
71 compilação de documentos, por exemplo. Frisou que todo o processo contava com o apoio da  
72 Procuradoria e, encerrando seu informe, convidou o diretor administrativo para falar sobre os  
73 **INFORMES DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA**. O Sr. Tarcísio relatou • **Casos de furtos**  
74 ocorridos nas salas 13 e 32, de onde foram roubados projetores e o *notebook* de um docente.  
75 Compartilhou as medidas tomadas e as que estavam sendo pensadas para coibir essas ocorrências,  
76 como o trancamento das salas e a possível instalação de câmeras. Frisou a importância de cada um  
77 estar muito atento aos seus pertences e finalizou atualizando as informações sobre • **Reformas dos**  
78 **telhados e colocação de divisórias**. Anunciou o prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos.  
79 Encerrados os informes, a Profa. Márcia pediu licença para um adendo do curso de Administração,  
80 porém, como o presidente já havia convidado os representantes da Comissão Eleitoral para falarem,  
81 ela quis garantir que seu informe fosse incluído antes da sua saída. Assim, foi iniciada a **PAUTA**:  
82 **(1) CALENDÁRIO ELEITORAL** - Com a palavra a Profa. Isabel Cristina Olm Kowal Cunha  
83 cumprimentou e se apresentou aos presentes. Fez breve histórico da composição da comissão, da  
84 qual faziam parte também a Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça, o servidor Edmur Machado  
85 Silva e o discente Fabrício Rocha da Silva. Explicou que o CONSU partira da necessidade de se ter  
86 normas que regulamentassem todas as eleições de forma geral, por isso algumas adequações eram  
87 feitas de acordo com as características do *campus* em processo eleitoral, citando como exemplo  
88 específico de Osasco a supressão da exigência de candidatura apenas de Professor Titular Livre, de



89 forma que Docente Associado e Adjunto também poderiam se candidatar. Citou que apenas a EPM  
90 conseguia cumprir essa exigência. Destacou o tamanho relativamente pequeno do colégio eleitoral  
91 de Osasco, composto por 1259 eleitores. Assinalou que poucos eleitores em Osasco tinham duplo  
92 vínculo (tal com ser ao mesmo tempo aluno e servidor). Lembrou que o calendário eleitoral só teria  
93 início após aprovação do CONSU e que a prática de submetê-lo à apreciação das Congregações não  
94 era uma exigência. Explicou que o hiato até 25/fevereiro, quando seriam abertas as inscrições para  
95 as chapas, era devido às festas e férias de final de ano e justificou que o período de 8 dias úteis para  
96 inscrições deveria ser suficiente, pois, era entendimento geral que, àquela altura, os professores já  
97 estariam bem organizados. Ratificou que a consulta ao RH era uma necessidade. Explicou o prazo  
98 de 10 dias para apreciação da diretoria e convocação de reunião extraordinária da Congregação com  
99 pauta única para aprovar a lista tríplice. Esclareceu que a Reitora só poderia nomear a nova direção  
100 e mandar publicar no DOU após a colação de grau. Confirmou o poder de decisão da Reitora sem a  
101 necessidade de passar pelo CONSU. A Profa. Cristina expressou sua preocupação com o prejuízo  
102 dos alunos que se formariam já no final do ano, porém, teriam a colação de grau adiada até meados  
103 de 2015 e aventou que o calendário eleitoral estaria prejudicado. A Profa. Cristina ponderou ser  
104 possível manter o calendário proposto se o mandato do atual diretor fosse prorrogado, visto que não  
105 haveria tempo de se proceder consulta à comunidade. Ela sugeriu que, se a Congregação julgasse  
106 viável aquele calendário, aprovasse e submetesse à aprovação do CONSU e tão logo fosse  
107 estabelecida a data da colação de grau, o órgão colegiado enviaria uma solicitação de alteração ao  
108 CONSU. Ela julgou ser uma proposta praticável em razão das especificidades de *campus*. O Prof.  
109 Murilo concordou com a proposta da Profa. Isabel de se desvincular as duas coisas. Com a palavra,  
110 a Profa. Claudia explicou as conversas que já tinham decorrido com os alunos através da comissão  
111 de formatura e que suscitaram as datas de março para a colação ordinária e julho para a colação de  
112 grau festiva. Ela concordou com a fala da Profa. Cristina e com a necessidade de se considerar nova  
113 discussão de datas. Os professores Fábio, Márcia e Marcello também corroboraram com sugestões  
114 de colação de grau simplificada como solução transitória, para não prejudicar os alunos que, em dia  
115 com suas obrigações universitárias, teriam de aguardar alguns meses e, conseqüentemente,  
116 impedidos de participar de processos seletivos para pós-graduação ou concorrer a vagas no mercado  
117 de trabalho. Novamente com a palavra, a Profa. Cristina salientou a necessidade de deixar claro  
118 para os discentes a importância da colação de grau, independentemente da confecção do diploma,  
119 este sim, mais demorado. Com a palavra, o discente Fabrício explicou que o calendário eleitoral  
120 fora pensado de forma a não ter procedimentos atropelados e conferindo tempo hábil para solução  
121 de questões como aquela que estava sendo debatida. Confirmou que a data da colação de grau  
122 marcada para março chamara a atenção da comissão que já previa uma alteração. O Prof. Murilo  
123 reforçou a necessidade de se esclarecer para a comissão de formatura a necessidade de se fazer a  
124 colação de grau ordinária em janeiro (ou início de fevereiro) a fim de não prejudicar os alunos que  
125 estavam integralizando seus cursos. Explicou também que no caso do campus Osasco, a data da  
126 eleição era determinada pela data da colação de grau da primeira turma. Assim, acatando o  
127 entendimento de que a colação de grau deveria ser desvinculada do calendário eleitoral naquele  
128 momento, o Prof. Murilo procedeu a votação em duas etapas: primeiramente, consultando os  
129 membros sobre a **Colação de Grau a ser realizada no mês de janeiro/2015 ou o mais**  
130 **brevemente possível, que foi aprovada por unanimidade** e, então, perguntando aos presentes  
131 quem estava de acordo com o **Calendário Eleitoral apresentado pela comissão, que foi aprovado**  
132 **por unanimidade**. A Profa. Isabel encerrou sua participação ratificando que apresentaria ao  
133 CONSU o calendário apreciado pela Congregação, com a ressalva que as datas tinham sido



134 agendadas antes da determinação da data da colação de grau e, portanto, havia uma lacuna entre a  
135 colação de grau (em janeiro ou fevereiro) e a posse da nova diretoria (em maio), que poderia ser  
136 resolvida com a prorrogação do mandato da diretoria atual (que se encerra com a colação de grau da  
137 primeira turma do *campus* Osasco) ou com a indicação de uma diretoria temporária. Ela se despediu  
138 agradecendo a todos e deixou o recinto, acompanhada do discente, Fabrício. O presidente passou,  
139 então, ao item seguinte **(2) ESTACIONAMENTO** - Ele lembrou que na reunião anterior fora  
140 apresentada proposta de reserva de bolsões no estacionamento do *campus* Osasco para uso  
141 exclusivo dos servidores, porém, sem ter havido tempo para a votação e abriu inscrições para  
142 manifestações favoráveis ou contra tal proposta. O Sr. Tarcísio pediu a palavra para corrigir a  
143 informação sobre o número de vagas disponíveis. Ele esclareceu que o *campus* não dispunha de 500  
144 vagas, como inicialmente anunciado, mas, um estudo realizado com a arquiteta revelara 104 vagas  
145 nos bolsões do *campus* e 300 vagas na área da FITO, totalizando 404 vagas. Ele comparou com a  
146 demanda de 80 servidores, que se somavam aos 350 estudantes que retiravam cartões de  
147 estacionamento, chegando-se ao número de 440 usuários, o que ultrapassava o limite de  
148 atendimento do estacionamento disponível. Ele considerou que no semestre corrente ainda seria  
149 possível acomodar a demanda, visto que nem todos os usuários estavam no *campus* no mesmo  
150 horário ou período, havendo uma rotatividade no uso. Porém, ressaltou que a previsão para o  
151 semestre seguinte era de saturação das vagas. Retomando a palavra, o presidente opinou que o  
152 sistema atual funcionava a contento e que a reserva exclusiva poderia trazer dificuldade de controle.  
153 Ressaltou que havia vagas para todos e não via problemas em os servidores estacionarem seus  
154 veículos na área mais distante. Julgou que não havia prejuízo no desempenho profissional ou de  
155 qualquer outra ordem, portanto, considerou a demanda descabida. O Prof. Luis Hernan reforçou a  
156 sua posição expressada na reunião anterior a favor da demarcação e destacou a questão da  
157 segurança. Também o Prof. Eduardo defendeu áreas separadas para servidores e alunos contanto  
158 que as condições de segurança fossem igualitárias. O discente Vinícius concordou com o Prof.  
159 Murilo que a rotatividade era grande e qualquer cálculo seria impreciso, portanto, julgou a  
160 discriminação desnecessária. Com a palavra, a Profa. Cristina ponderou que a discussão deveria ser  
161 desdobrada em duas questões, a questão da segurança/iluminação, que deveria prever igualdade de  
162 condições para todos, e a questão quantitativa que, quando levada ao limite, exigiria a demarcação  
163 da reserva. Ela discordou do termo discriminação. O Prof. Ikeda concordou com a fala da Profa.  
164 Cristina e corroborou com detalhes sobre possíveis responsabilidades civis decorrentes de  
165 motoristas embriagados, imperícia de recém-habilitados, entre outras coisas. O Sr. Tarcísio  
166 esclareceu que o contrato de segurança só cobria a área da UNIFESP, mas já se estudava um aditivo  
167 para cobrir a área estendida e, também, comentou sobre a troca das lâmpadas que estava sendo  
168 negociada com o vizinho SESC. A Profa. Márcia voltou a apoiar a separação dos bolsões e a  
169 concordar com a fala da Profa. Cristina. Ainda, acrescentou que os técnicos tinham de marcar o  
170 ponto, ao passo que qualquer atraso dos alunos tinha implicações menores e unicamente pessoais. A  
171 servidora Crysthian também discordou da utilização da palavra discriminação, cujo sentido julgou  
172 muito forte para o que se discutia ali: apenas a organização dos espaços. O Prof. Júlio também se  
173 manifestou contra a separação e a Profa. Regiane compartilhou a preocupação com segurança,  
174 relatando ataques contra alunos acontecidos nas semanas anteriores no entorno do *campus*. O Prof.  
175 Murilo anunciou que tinha reunião agendada com a Guarda Civil Metropolitana e consultou os  
176 membros sobre as duas propostas: (a) garantia de vagas para os servidores e providências no sentido  
177 de limitar a distribuição de cartões e (b) separação e demarcação de espaço reservado para  
178 servidores, no limite das necessidades. **Por maioria dos votos, venceu a proposta (b) indicando a**



179 **reserva de bolsas para os servidores, técnicos-administrativos e docentes.** O Diretor  
180 Administrativo ficou encarregado de providenciar as alterações necessárias e a comunicação sobre  
181 essa decisão. O presidente, então, convidou a Profa. Edilene para falar sobre o ponto seguinte **(3)**  
182 **ATIVIDADES ESPORÁDICAS** - Ela iniciou explicando a existência de atividades esporádicas  
183 cujos casos não implicavam em prestação de contas, por estarem previstos na legislação.  
184 Acrescentou que as atividades fora dessa premissa eram permitidas até o máximo de 30 horas  
185 anuais. Atividades que ultrapassassem 30 horas e até o limite de 120 horas anuais eram permitidas  
186 mediante autorização prévia. Esclareceu que alguns casos extraordinários eram prorrogáveis por  
187 mais 120 horas. Salientou que esse indicador de 120 horas constava na lei e não era passível de  
188 mudança e, frisou, o que a CPPD discutia era o processo em si, considerado burocrático: envio de  
189 carta endereçada ao departamento consultando se a atividade era de interesse da instituição, minuta  
190 do contrato incluindo o valor em questão (que não poderia exceder o teto do funcionalismo  
191 público), o valor teria de ser recebido pela UNIFESP ou FAP, antecedência de 75 dias para ser  
192 avaliado. A professora opinou que o processo era chato e que muitas vezes voltava por estar  
193 incompleto, mas, reforçou tratar-se da legislação. Frisou que prazos mais curtos para análise e  
194 aprovação do processo pela CPPD eram inconvenientes, mas que dar início às atividades para  
195 depois consultar a CPPD era irregular. Esclareceu que bolsas de fomento eram permitidas. A Profa.  
196 Cristina questionou bolsas do IPEA que, por não serem fomento, não eram permitidas, apesar de ela  
197 saber de colegas em outras federais que a recebiam. Nesse ponto, o Prof. Murilo interrompeu para  
198 informar que havia consultado a CPPD sobre esse tipo de caso, mas não tinha tido o tempo hábil  
199 para receber a resposta. A Profa. Cristina ressaltou que a questão dos prazos era essencial, pois  
200 comprometia o recebimento de bolsas e reivindicou mais esclarecimentos específicos. O Prof. Júlio,  
201 por sua vez, solicitou a inclusão dos termos “nacionais e internacionais” no texto, onde só constava  
202 “internacionais”, de modo a se tornar mais abrangente e contemplar a extensão universitária.  
203 Acrescentou que convidara a Profa. Edilene para ajudar no entendimento do processo e ela se  
204 colocou à disposição para elucidar dúvidas sobre progressão na carreira. O Prof. Murilo solicitou  
205 que a professora desse retorno para a Congregação a respeito dos editais abertos. A Profa. Edilene  
206 reiterou que a CPPD analisava somente os casos que estavam fora do permitido e se despediu de  
207 todos, deixando o recinto. A Profa. Márcia pediu que o ponto sobre o concurso fosse antecipado  
208 e, assim, tratou-se do item solicitado **(10) REABERTURA DE CONCURSO DE**  
209 **ADMINISTRAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO GERAL** – A professora lembrou que o concurso em  
210 questão já tinha acontecido uma vez sem que algum candidato tivesse se habilitado. Ela explicou  
211 que o concurso fora reaberto com a adequação de dois pontos. O documento estava sendo projetado  
212 e o Prof. Mauri apontou uma incorreção no local de trabalho de um dos membros da banca, onde  
213 constava PUC-USP, quando deveria ser PUC-SP. Apresentada a composição da banca o presidente  
214 consultou os membros que **aprovaram a banca do concurso.** O Prof. Murilo passou para o ponto  
215 **(3) PROJETOS PEDAGÓGICOS** - Ele sugeriu que os documentos fossem apresentados em  
216 ordem alfabética e, assim, a Profa. Márcia foi a primeira a discorrer sobre o Projeto Pedagógico do  
217 curso de Administração. Ela louvou a construção conjunta do documento, por aqueles que  
218 participaram desde o início e com a ajuda dos que foram chegando. Mencionou que várias  
219 adaptações foram necessárias, mas, sempre sem comprometerem os objetivos principais do PPC do  
220 *campus* Osasco. Ela salientou a abrangência do documento que favorecia o ensino integrado,  
221 interdisciplinar e multiprofissional, consolidado através de um corpo docente de altíssima qualidade  
222 e perfis diversificados. Explicou que a participação do Eixo Comum teve de ser reduzida em virtude  
223 de ajustes necessários na UCs, inclusive nas de Administração. Destacou que mais da metade do



224 PPC era plano de curso, de visão formativa e de cujo egresso se esperava um profissional  
225 habilitado para atuar em organizações públicas ou privadas, com conhecimento em todas as áreas de  
226 administração, podendo atuar em qualquer tipo de empresa, dentro ou fora do país. Encerrada a fala  
227 da Profa. Márcia, o presidente abriu as inscrições e a Profa. Claudia comentou que esperava ver a  
228 demonstração mais sistematizada e detalhada do PPC do curso, com apresentação da matriz  
229 curricular, por exemplo, nos moldes das apresentações que costumam ocorrer no Conselho de  
230 Graduação. Não havendo mais inferências, o Prof. Murilo consultou os membros e por  
231 unanimidade, com apenas uma abstenção, **o Projeto Pedagógico do curso de Administração foi**  
232 **aprovado.** Foi, então, a vez da Profa. Nena apresentar o documento de Ciências Contábeis e,  
233 justificando o adiantado da hora, informou que reduziria a sua fala. Lembrou que o curso fora  
234 aprovado com nota 4 (quatro), considerada uma boa nota, e destacou a flexibilidade do curso que  
235 permitia que 5% das disciplinas sejam cursadas em qualquer *campi* e 11% em disciplinas de livre  
236 escolha, dentro do próprio *campus*, entre elas, as ministradas pelo Eixo Comum, que somavam 14  
237 UCs. Também ressaltou a reputação do curso na região, revelada pela enorme procura para  
238 transferências externas, cujas provas teriam de ser realizadas no auditório. Ratificou o desejo de  
239 consolidar o corpo docente, razão pela qual o curso protelara os concursos para preenchimento das  
240 3 vagas ainda abertas para janeiro, com a intenção de contratarem doutores. Com a palavra, o  
241 presidente consultou os membros e por unanimidade, com apenas uma abstenção, **o Projeto**  
242 **Pedagógico de Ciências Contábeis foi aprovado.** Com a palavra, a Profa. Cristina destacou a nota  
243 máxima obtida pelo curso de Relações Internacionais e o projeto construído ao longo dos anos, que  
244 se baseara no PPC do *campus*, contemplando 25% da carga horária com disciplinas do Eixo  
245 Comum. Justificou a redução dessa carga proporcionalmente à redução da carga horária total e  
246 salientou a consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Ressaltou a formação sólida, de  
247 visão multidisciplinar que se refletia no corpo docente e, também, no discente, que gozava de  
248 liberdade para escolher outras disciplinas dentro do *campus*. Salientou o egresso crítico e preparado  
249 para atuar em diversas áreas, acadêmicas ou não, que já se encontravam entre os mais reconhecidos  
250 pelas empresas contratantes pela capacidade multiprofissional. Ela lembrou que os cursos passariam  
251 pelo crivo do ENADE e que Relações Internacionais tencionava acompanhar o egresso, saber para  
252 onde ele iria e aonde chegaria, em que mercado estaria inserido. A professora encerrou agradecendo  
253 a colaboração de todos, incluindo os novos docentes. O Prof. Marcello pediu a palavra para registrar  
254 sua discordância com relação ao que chamou de desigualdade, e apontou o fato de o curso de  
255 Relações Internacionais limitar a orientação de TCC aos docentes de RI e ser o único curso do  
256 *campus* que não abria a possibilidade do TCC ser orientado por professor do Eixo Comum. A Profa.  
257 Cristina argumentou que a comissão do curso aprovara o critério de somente docentes do próprio  
258 curso orientarem a disciplina obrigatória TCC, seguindo as diretrizes do curso e, justificou, isso não  
259 excluía apenas docentes do Eixo Comum. A Profa. Nena comentou que o curso de Ciências  
260 Contábeis abria para docentes de qualquer curso orientarem TCC desde que respeitadas as 3 linhas  
261 de pesquisa. Lembrou que as aulas de TCC da graduação eram ministradas por docentes do curso  
262 para dar o norte e, no caso da pós-graduação, eram seguidas as orientações do MEC. Com a  
263 palavra, o Prof. Murilo ponderou que a Congregação era um órgão colegiado acima da Comissão de  
264 Cursos e aquele tipo de impedimento no PPC criava dificuldades para o aluno. Defendeu não haver  
265 qualquer prejuízo para o aluno ser orientado por docente de outra área. Especulou que em uma  
266 turma de 40 alunos, possivelmente, um ou dois se identificariam com conteúdos ministrados nas  
267 UCs do Eixo Comum, em cujos casos, poderiam ser feitas adaptações em benefício do trabalho  
268 coletivo. O Prof. Ikeda disse julgar importante que os trabalhos orientados tivessem a especificidade



269 técnica de cada área de forma a não afetar avaliações futuras. Citou a classificação por curso do  
270 ENADE. Sugeriu que poderia ser trabalhada a integração efetiva do Eixo Comum com os cursos,  
271 alinhando-o com os objetivos de cada curso. Com a palavra, o Prof. Júlio defendeu que a  
272 universidade tinha o compromisso de produzir, difundir e sistematizar o conhecimento e, nesse  
273 sentido, disse não entender o porquê de um docente não poder orientar discentes de outro curso. A  
274 Profa. Claudia também lamentou a limitação de possibilidades para docentes de outros cursos o que,  
275 em sua opinião, enriqueceria a troca com os discentes. Ela disse concordar com a definição de  
276 limites referentes à temática, mas não ao docente. A Profa. Márcia ponderou que o desafio era  
277 contemplar as especificidades de cada curso em meio a tanta diversidade. Mencionou o caso da  
278 comissão do curso de Administração que julgara positiva a troca, mas, a prática revelava que apenas  
279 alguns professores demonstravam afinidade. A Profa. Cristina retomou a palavra para esclarecer que  
280 a sua fala acompanhava a linha de pensamento dos professores, Ikeda, Márcia e Nena, que se  
281 preocupavam com a especificidade. Lembrou que o *campus* formaria profissionais tanto para o  
282 mercado como para a academia. A Profa. Nena corroborou citando o exemplo da disciplina  
283 Contabilidade Financeira que, apesar de ser ministrada em vários cursos, não era exatamente a  
284 mesma. Por isso, acrescentou, julgamos pertinente alterar a denominação. Já o Prof. Ikeda  
285 mencionou a disciplina Controle Atuarial, a qual disse não conseguir poder ser trabalhada por  
286 outrem. O Prof. Mauri argumentou que o caso de Controle Atuarial era óbvio, porém, gostaria de ter  
287 esclarecimentos sobre a razão pela qual ele, professor de cálculo, não poderia orientar trabalhos dos  
288 alunos para os quais ele já ministrava aulas. Ponderou que se assumisse a orientação de um aluno,  
289 teria de juntar a sua capacidade técnica com a aderência à área que fosse trabalhar. Lembrou que do  
290 total de 15 docentes do Eixo Comum, 12 eram advindos da USP, 2 da UFRJ e 1 da UNICAMP e,  
291 ainda, que o grupo era o que tinha mais títulos de pós-doutorado. Ponderou que nem todos teriam  
292 interesse em orientar e enfatizou que o conhecimento não conhece fronteiras. Já o Prof. Hernan  
293 disse não ver qualquer problema, mas, considerava ser da competência do curso decidir. Sendo o  
294 único docente em tecnologia do *campus*, fora procurado por aluno de outro curso e não se sentiu  
295 competente para orientá-lo. Ressaltou que havia várias maneiras de se colaborar. O Prof. Ricardo  
296 Bueno disse achar importante toda a contribuição e ponderou que dos 5 cursos do *campus*, apenas 1  
297 tinha deliberado daquela forma. Assinalou que qualquer decisão teria seus prós e contras e encerrou  
298 cumprimentando a fala do Prof. Mauri e exaltando o diálogo e a diversidade. A Profa. Cristina  
299 informou que comunicaria à comissão do curso de Relações Internacionais sobre o debate  
300 desencadeado naquela sessão. Encerradas os comentários, o presidente procedeu a votação e por  
301 maioria dos votos, uma abstenção e dois votos contrários, **o Projeto Pedagógico do curso de**  
302 **Relações Internacionais foi aprovado.** O Prof. Murilo iniciou o ponto seguinte **(4) RESOLUÇÃO**  
303 **76** - Ele lembrou que o pedido de formalização dos departamentos da EPPEN deveria ser  
304 encaminhado à Pró-Reitoria de Administração e que na última reunião uma comissão havia sido  
305 formada para cuidar dos trâmites necessários, da qual ele próprio fazia parte. Reportou que a  
306 comissão havia feito um esboço para atender a Resolução 76 do CONSU, cuja cópia era projetada  
307 para apreciação dos conselheiros. Nesse momento, a Profa. Cristina pediu licença para deixar a  
308 reunião e anunciou que o Prof. Flávio, que já estava presente, a substituiria. A Profa. Márcia  
309 também pediu permissão para deixar a sessão e indicou o Prof. Ricardo Bueno como seu substituto.  
310 Retomando a palavra, o Prof. Murilo informou que a comissão propunha a utilização de uma ou  
311 duas salas do NDE pelas chefias dos departamentos, em razão da falta de espaço. O Prof. Ricardo  
312 Bueno explicou que as mudanças tinham sido pensadas para acomodar as chefias, alterando,  
313 inclusive, os secretários. Ainda presente, a Profa. Márcia comentou que o quadro docente estava



314 maior e o grupo todo já não cabia nas salas do NDE, por isso, sugeria a destinação de uma única  
315 sala maior, que pudesse acomodar os grupos de 15-16 docentes de cada curso. As professoras  
316 Cristina e Márcia deixam o recinto. Com a palavra, o presidente consultou os membros se estão de  
317 acordo e, por maioria dos votos, **a minuta do documento foi aprovada**. Ele, então, explicou que o  
318 documento seria enviado ao Conselho de Administração. O Prof. Murilo esclareceu que ainda havia  
319 a necessidade de aprovação dos planos de trabalho contendo indicadores e metas de cada área que  
320 pretende enviar criar um departamento, no entanto, esclareceu, nem todos os cursos tinham  
321 conseguido elaborar as metas e objetivos de seus futuros departamentos. Assim, ele propôs que os  
322 cursos elaborassem seus documentos com calma e o ponto fosse pautado novamente para  
323 aprovação. O presidente procedeu à votação e **todos concordaram com o adiamento da**  
324 **aprovação dos planos de trabalho dos futuros departamentos até a reunião seguinte, a ser**  
325 **realizada em 05 de dezembro**. Ele passou, então, para o item seguinte **(5) DESTINAÇÃO DA**  
326 **VAGA DE PROFESSOR TITULAR LIVRE** - O Prof. Murilo leu a carta recebida da Pró-  
327 Pessoas com as datas para indicação do perfil da vaga. Ao final, ele compartilhou que, ao ler o  
328 conteúdo da missiva telefonou para a Pró-Reitora, Profa. Dra. Rosemarie Andreazza, que esclareceu  
329 que a Congregação deveria aprovar para que o MEC não tomasse essa vaga de volta. Acrescentou  
330 que, diante dessa informação, mesmo sabendo que não era o foro ideal, ele tinha conversado sobre o  
331 assunto na Câmara de Graduação, pois era o que tinha naquele momento. Informou que, em  
332 seguida, a Congregação havia sido aconselhada pela Magnífica Reitora, através da Profa.  
333 Rosemarie, a se manifestar. Por essa razão, ele apresentava aos conselheiros a questão da destinação  
334 daquela vaga, que precisava ser definida. O Prof. Murilo, se inscrevendo, opinou que se tivessem  
335 prazo até março/2015, ele próprio defenderia ficar com a vaga, mas, diante da necessidade de  
336 decisão imediata ele temia o risco de atropelamento na definição do perfil. Ele explicou que havia  
337 apresentado ao CONSU a argumentação do *campus* Osasco ainda não ter pós-graduação  
338 consolidada, ter APCNs sendo avaliados e, portanto, ainda priorizando a graduação. Com esses  
339 argumentos, solicitou que uma próxima vaga dessa natureza fosse direcionada a Osasco. Esclareceu  
340 ainda que não houve tempo suficiente para negociação de troca da vaga com os outros *campi*,  
341 porque essa alternativa não se dava facilmente, era necessária a intermediação da Pró-Pessoas.  
342 Dessa forma, a opção de troca estava prejudicada. Com a palavra, o Prof. Ricardo Bueno concordou  
343 com o presidente e sugeriu informarem ao CONSU que o *campus* Osasco pleiteava a próxima vaga,  
344 provavelmente, em março/2015. O Prof. Fábio questionou se haveria garantias de que a próxima  
345 vaga seria destinada a Osasco ou se corria o risco de perdê-la, ao que o Prof. Murilo respondeu que  
346 o CONSU teria de aprovar essa medida, mas, ainda que o risco de perda fosse pequeno, a devolução  
347 da vaga poderia demorar para acontecer. A Profa. Nena julgou que o momento de transição em que  
348 o *campus* se encontrava tornava complicada a definição de uma vaga de Professor Titular. O Prof.  
349 Júlio lamentou que a opção de troca tivesse prejudicada e defendeu a continuidade da discussão  
350 sobre o perfil. O Prof. Mauri reforçou o interesse naquela vaga que carregava muita  
351 responsabilidade e influência. Ele destacou que o Professor Titular seria membro nato da  
352 Congregação e outros órgãos colegiados e que o melhor seria a promoção de um interno, que  
353 tivesse vivenciado a história de construção do *campus*, pois a vaga era única. Após as considerações  
354 dos membros, o presidente os consultou e, por unanimidade, com apenas uma abstenção, **foi**  
355 **aprovada a cessão da vaga de Professor Titular Livre ao CONSU**. O Prof. Murilo passou para o  
356 o ponto seguinte **(6) COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO** - O Prof.  
357 Murilo explicou que fora feita consulta à Procuradoria Federal que informara que o Diretor  
358 Administrativo tinha direito a voto apenas nas matérias pertinentes ao Conselho do *Campus*, por





359 esse motivo, o Sr. Tarcísio não tinha votado nas questões acadêmicas que cabiam à Congregação  
360 apresentadas anteriormente. Com a palavra, o Diretor Administrativo explicou que havia  
361 conversado no dia anterior com a Sra. Tânia Mara Francisco, do Escritório Técnico de Apoio à  
362 Universidade, quem dizia discordar desse entendimento da Procuradoria. O Prof. Ricardo Bueno  
363 opinou que havia uma falha no texto, que poderia ter sido proposital. A Profa. Claudia pediu a  
364 palavra para esclarecer que, em várias ocasiões, havia sido questionado inclusive o voto do vice-  
365 diretor acadêmico. Ela ratificou que vice-diretor tinha direito a voto e que a questão do direito de  
366 voto do Diretor Administrativo deveria ser mais bem apurada, devendo-se levantar todo o histórico.  
367 O Prof. Ricardo Bueno argumentou que a UNIFESP diferia de outras federais e destacou que, em  
368 seu entendimento, o vice-diretor deveria substituir o diretor em caso de impedimento e, somente  
369 nessa situação, fazer uso do voto. Já o “diretor-adjunto”, dada a acepção da palavra “que anda  
370 junto”, teria, em seu entendimento, direito ao voto. Sugeriu, portanto, que fosse alterado o título do  
371 cargo para auxiliar na compreensão das atribuições. O Prof. Murilo justificou que a resposta da  
372 Procuradoria Federal seria acatada até que tivessem mais esclarecimentos e deu início ao item (7)  
373 **REGIMENTO INTERNO DA CONGREGAÇÃO** - Ele lembrou que a comissão fora  
374 constituída em maio e tivera seis meses para trabalhar no documento e perguntou ao representante  
375 da Comissão de Elaboração do Regimento Interno da Congregação se poderiam ser apresentados os  
376 resultados desses trabalhos na reunião seguinte. O Prof. Ikeda respondeu positivamente. O  
377 presidente, então, consultou os presentes se aceitavam avaliar os trabalhos da comissão na próxima  
378 sessão e mediante a concordância de todos, **ficou acertado que a comissão enviaria um relatório**  
379 **até a data de 29/novembro para ser apreciado pela Congregação na reunião de 05/dezembro.**  
380 O presidente passou para o ponto (8) **Eleição de Docentes para o Conselho da Pró-Reitoria de**  
381 **Gestão com Pessoas** - Ele lembrou que os membros foram informados na última reunião da  
382 Congregação sobre a necessidade de preenchimento de duas vagas nesse conselho e a solicitação de  
383 apresentação de nomes. O presidente perguntou se havia algum nome de docente indicado para tais  
384 vagas. O Prof. Júlio informou que a ADUNIFESP não aceitou indicar representante por entender  
385 que não deveriam indicar nomes para um conselho que, eventualmente, a entidade fosse criticar. O  
386 Prof. Murilo informou que havia a indicação do Prof. Antonio Cordeiro, de Ciências Atuariais. Com  
387 a palavra, o Prof. Júlio indicou o nome da Profa. Laura Calixto, o que causou grande surpresa entre  
388 alguns dos presentes. Ele foi questionado sobre o fato de ele estar indicando o nome de uma  
389 professora que não era do Eixo Comum. O docente respondeu que ela não pertencia ao Eixo  
390 Comum e nem ele próprio. Argumentou que, como representante docente na Congregação, indicava  
391 o nome de uma professora de Ciências Contábeis com a qual travara contato em outro órgão e tivera  
392 a oportunidade de conversar com ela sobre tal indicação. Ele explicou que havia sido, por muito  
393 tempo, por muito tempo, representante indicado pela Congregação no CoEx, indicado pela  
394 Congregação, e não via nenhum impedimento para indicar um nome de colega de outro curso. A  
395 Profa. Heloísa justificou que as reações de surpresa, talvez, fossem em razão de haver acordo no  
396 interior do curso de Contábeis de que as representações fossem partilhadas e decididas no âmbito do  
397 curso, dada a sobrecarga de trabalho. Assinalou que não desejava contestar o poder do representante  
398 docente, mas, fora surpreendida pela indicação da qual ela e os colegas de curso não tinham  
399 conhecimento e nem concordavam. O Prof. Ikeda opinou que, se no âmbito do curso houve uma  
400 decisão contrária, a indicação da docente deveria ser impedida. Com a palavra, o Prof. Ricardo  
401 Bueno disse não se sentir representado como docente, pois, não fora consultado pelo representante  
402 docente. Sugeriu que o procedimento da representação docente fosse mais bem elaborado. A Profa.  
403 Claudia disse entender o espanto e as explicações da Profa. Heloísa, no entanto, se preocupava com



404 o fato de alguns cursos vetarem a participação de alguns docentes sem o consentimento da comissão  
405 de curso, o que a seu ver, não era um procedimento correto. Ela reforçou que entendia as  
406 manifestações de espanto dos colegas de curso, mas, registrava a sua preocupação. O Prof. Mauri  
407 pediu a palavra para dizer que não poderia falar em curso, pois, o Eixo Comum não se configurava  
408 um curso, mas, ainda assim, garantiu que ninguém, nem mesmo o coordenador do Eixo Comum,  
409 poderia cercear suas atividades. O Prof. Fábio também disse entender o acordo feito pelo curso, no  
410 entanto, frisou que a liberdade do professor deveria ir além de qualquer curso. Ele levantou a  
411 possibilidade da docente ter a intenção de comunicar ao curso depois de ter seu nome aprovado. O  
412 Prof. Flávio também concordou que qualquer servidor poderia participar do que quisesse. Porém,  
413 por outro lado, julgou deselegante o fato dos coordenadores de curso serem surpreendidos por  
414 indicações de docentes de suas áreas por outros caminhos. Ele ponderou que isso alterava muito os  
415 ânimos. Retomando a palavra, o Prof. Júlio lamentou que a discussão girasse muito em torno dos  
416 cursos. Ponderou que a questão que estava sendo debatida era a indicação de dois docentes  
417 indicados pela Congregação para preencher 2 vagas no Conselho da Pró-Pessoas e ele, como  
418 representante docente, pensou que não haveria problemas em indicar um colega de qualquer curso.  
419 Reforçou que entendia ser um direito. O Prof. Ikeda disse não querer esquentar ainda mais os  
420 ânimos, mas informava que a docente estava sendo avaliada pela CAIF e, em sua opinião, isso feria  
421 a legitimidade da indicação. O Prof. Murilo procedeu a votação e **os nomes do Prof. Dr. Antonio**  
422 **Cordeiro, de Ciências Atuariais e da Profa. Dra. Laura Calixto, de Ciências Contábeis, foram**  
423 **aprovados para o Conselho da Pró-Pessoas pela maioria dos votos.** Ficou acordado que seriam  
424 pedidos esclarecimentos e confirmada previamente a viabilidade da indicação do nome da docente.  
425 Assim, o presidente passou para o último ponto da pauta (9) **CPA - APROVAÇÃO DE**  
426 **CRITÉRIOS PARA A SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NO**  
427 **CAMPUS OSASCO** – A documentação referente ao assunto era projetada e, com a palavra, o Prof.  
428 Ricardo Bueno sugeriu a substituição do vocábulo “curso” para “curso/eixo” de modo a incluir o  
429 Eixo Comum. O Prof. Murilo consultou os presentes sobre o documento e **os critérios para a**  
430 **subcomissão da Comissão Própria de Avaliação no campus Osasco foi aprovada**  
431 **unanimemente.** E, ainda, **ficou definido que a direção encaminharia memorando aos**  
432  **cursos/eixo até o dia 13 de dezembro solicitando indicação dos nomes até o prazo máximo de**  
433 **03 de dezembro, em tempo hábil para ser compartilhado com a convocatória final da**  
434 **Congregação a ser realizada em 05 de dezembro de 2014.** Nada mais tendo a tratar, o presidente  
435 agradeceu a paciência de todos e encerrou a reunião às 14h05min. Eu, Maristela Bencici Feldman  
436 lavrei esta ata que vai assinada por todos os presentes.

437 Osasco, 07 de novembro de 2014.

438

439

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

440



441 Prof. Dra. Claudia Alessandra Tessari

442

443 Sr. Tarcísio Martins Mendonça

444

445 Profa. Dra. Cristiana Soreanu Pecequilo

446

447 Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado

448

449 Profa. Dra. Márcia de Carvalho Azevedo

450

451 Prof. Dr. Marcello Simão Branco

452

453 Profa. Dra. Nena Geruza Cei

454

455 Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

456

457 Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno



458

459

---

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

460

461

---

Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon Costa

462

463

---

Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan

464

465

---

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

466

467

---

Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira

468

469

---

Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira

470

471

---

Profa. Dra. Heloísa Candia Hollnagel

472

473

---

Sr. Andreas Leber

474

475

---

Sra. Crysthian Grayce Raviani



476

477

---

Vinícius dos Santos Pereira Reis

478

479

---

Maristela Bencici Feldman